

**EDcl no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 960.668 - RS  
(2016/0201699-9)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**EMBARGANTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROCURADOR : MARCOS ANTÔNIO MIOLA E OUTRO(S) - RS028984**  
**EMBARGADO : SUPER MERCADO EBERT LTDA**  
**ADVOGADOS : DAVID RICARDO SILVA TRINDADE E OUTRO(S) - RS055020**  
**MATHEUS LIMBERGER - RS066453**  
**GUSTAVO ADOLFO PIETZSCH SEITENFUS - RS058346**  
**INTERES. : JAIRO GILMAR BECKER**

### **DECISÃO**

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por meio dos quais se impugna decisão, de minha lavra, que determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem, em razão de conter matéria que foi afetada, nesta Corte, segundo o rito dos recursos representativos de controvérsia (fls. 148/158e).

Inconformada, a parte embargante alega a existência de omissão, sustentando que "a controvérsia solucionada na origem não guarda qualquer pertinência com os precedentes colacionados pela Corte Estadual e na primeira decisão unipessoal da eminente Ministra Relatora, tornada sem efeito, também não corresponde ao tema daqueles casos-piloto invocados no novo pronunciamento monocrático" (fl. 163e).

Requer, ao final, "sejam conhecidos e acolhidos os presentes embargos de declaração, para, em primeiro lugar, sanando-se a omissão apontada, reconhecer a falta de correspondência entre a presente controvérsia e o tema dos Recursos Especiais Repetitivos 1.694.261/SP, 1.694.316/SP e 1.712.484/SP, e, em sequência, prover-se o agravo para, de pronto, dedicar-se conhecimento e provimento ao recurso especial fazendário" (fl. 166e).

Do exame dos autos, verifica-se que o objetivo da parte embargante é desconstituir a decisão de fls. 148/158e, razão pela qual recebo os Embargos Declaratórios como Agravo interno e, tendo em conta os fundamentos da parte agravante, torno sem efeito a referida decisão.

Ante o exposto, recebo os Embargos de Declaração como Agravo interno, nos termos do art. 259 do RISTJ, e torno sem efeito a decisão de fls. 148/158e.

Após, voltem conclusos os autos, para que o Agravo em Recurso Especial possa ser oportunamente analisado.

I.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES

Relatora